

RELATÓRIO EXECUTIVO

Seminário “Cooperação do Sul Global
na Busca por Tratamentos para Dengue”



26 de novembro de 2025
OPAS/OMS – Brasília, Brasil

Introdução

O Seminário “Cooperação do Sul Global na Busca por Tratamentos para Dengue” reuniu representantes de governo, instituições científicas, parceiros internacionais e sociedade civil para **refletir sobre os desafios atuais e futuros do enfrentamento da dengue**, em um contexto marcado pela intensificação das arboviroses, pelas mudanças climáticas e pela crescente pressão sobre os sistemas de saúde.

Ao longo das discussões, destacou-se a necessidade de fortalecer respostas integradas à doença, capazes de articular vigilância, prevenção, diagnóstico, assistência e inovação. Nesse enquadramento, o debate evidenciou que, apesar dos avanços recentes em vacinação e controle vetorial, **persistem lacunas relevantes no cuidado, particularmente no que se refere à redução da morbidade, da mortalidade e da sobrecarga dos serviços de saúde em cenários epidêmicos.**

Foi nesse contexto que o desenvolvimento de terapias específicas para dengue emergiu como uma agenda estratégica, entendida como complementar às ferramentas já disponíveis e com potencial de contribuir para respostas mais eficazes, equitativas e sustentáveis. As falas convergiram no reconhecimento de que essa agenda exige soluções alinhadas às realidades dos sistemas públicos de saúde, combinando rigor científico, viabilidade operacional e compromisso político com a inovação radical o acesso equitativo.

O Seminário também ressaltou o **papel da Aliança Dengue como uma iniciativa de cooperação liderada pelo Sul Global**, orientada por prioridades de saúde pública e pela articulação entre pesquisa, desenvolvimento clínico e estratégias de acesso. Nesse sentido, foram apresentados sinais concretos de avanço da agenda terapêutica, incluindo o fortalecimento de parcerias internacionais e a identificação de instrumentos de política científica e de inovação capazes de apoiar a realização de ensaios clínicos no Brasil.

Por fim, o encontro situou a agenda de dengue em um debate mais amplo sobre governança global em saúde, cooperação internacional e justiça climática, reforçando a **importância de iniciativas que fortaleçam o multilateralismo, a cooperação Sul-Sul e a capacidade regional de inovar e produzir respostas orientadas pela equidade.**

Contexto

A dengue atravessa um momento de crescente complexidade epidemiológica, com expansão geográfica e sazonalidade menos previsível — fenômenos associados a mudanças climáticas e à intensificação de fluxos humanos e vetores. Nesse cenário, a Região das Américas tem enfrentado episódios de alta carga de doença e mortalidade, e a necessidade de respostas coordenadas e integradas tem se tornado cada vez mais evidente.

No Brasil, a discussão ocorreu em um contexto político favorável para ampliar ambição e coordenação, com sinais de priorização governamental para a agenda de dengue e **reconhecimento público de que mortes por dengue são inaceitáveis e, em grande medida, evitáveis** — o que reforça a urgência de combinar prevenção e assistência com soluções terapêuticas específicas.

O Seminário também situou a agenda de dengue dentro de dinâmicas internacionais mais amplas: a combinação de desafios geopolíticos recentes, a necessidade de fortalecer a OMS e o multilateralismo e, sobretudo, a **urgência de consolidar alternativas lideradas por países endêmicos para que inovação e acesso não reproduzam assimetrias históricas**. Nessa leitura, a Aliança Dengue foi apresentada como exemplo de cooperação orientada por necessidades de saúde pública, capaz de articular pesquisa, ensaios clínicos e estratégias para acesso equitativo.

Nesse contexto, ganhou destaque ainda a **Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo**, iniciativa proposta pela presidência brasileira do G20 em 2024 e lançada em 2025 na Assembleia Mundial da Saúde, concebida para apoiar arranjos sustentáveis de capacidade regional — combinando produção e inovação, com ênfase no valor estratégico de fortalecer a autonomia de resposta frente a emergências sanitárias. A liderança institucional da Fiocruz na secretaria executiva foi apresentada como elemento importante para dar perenidade e escala a esse esforço, com potencial de apoiar projetos estruturantes em saúde pública.

Principais mensagens e consensos

1. O tratamento como lacuna estratégica na resposta à dengue

Ao longo das diferentes sessões, consolidou-se um consenso claro de que a **ausência de terapias específicas representa hoje uma das principais lacunas na resposta à dengue**, tanto no Brasil quanto em outros países endêmicos. Mesmo com avanços relevantes em vigilância, controle vetorial e vacinação, os participantes destacaram que essas ferramentas, isoladamente, não são suficientes para reduzir de forma sustentada a morbidade, a mortalidade e a sobrecarga dos sistemas de saúde, especialmente em contextos de grandes epidemias.

Nesse sentido, o tratamento foi discutido como uma ferramenta complementar e estruturante, com potencial para:

- Reduzir a progressão para formas graves da doença;
- Aliviar a pressão sobre serviços de urgência e internação;
- Contribuir para a redução de mortes evitáveis, sobretudo entre populações em situações mais vulneráveis.

As discussões também reforçaram que **o perfil desejável de um tratamento para dengue precisa estar alinhado às realidades dos sistemas públicos de saúde**, combinando eficácia e segurança com características que viabilizem seu uso em larga escala, inclusive na atenção primária. A noção de que **novas tecnologias devem ser acessíveis, utilizáveis e compatíveis com a capacidade de financiamento público** apareceu de forma recorrente nas falas institucionais, consolidando um entendimento comum sobre os requisitos de impacto em saúde pública.

Nesse contexto, o debate também evidenciou a necessidade de **mobilizar instrumentos de política de ciência, tecnologia e inovação capazes de enfrentar essa lacuna de forma estruturada**, indo além de abordagens incrementais. Foi sinalizado o interesse, no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE), em **avaliar caminhos que viabilizem a realização de estudos clínicos no Brasil**, alinhados às prioridades nacionais de inovação radical em saúde. Entre as possibilidades mencionadas, destacou-se a pertinência de instrumentos voltados à **inovação orientada por missões e necessidades de saúde pública**, como a encomenda tecnológica ou

outros mecanismos adequados ao contexto do Ministério da Saúde, capazes de apoiar o desenvolvimento de terapias para dengue com foco em impacto, acesso equitativo e fortalecimento das capacidades nacionais.

2. Eliminação de mortes por dengue como horizonte político

Outro ponto de convergência importante foi o reconhecimento de que as mortes por dengue são, em grande medida, evitáveis e que sua persistência em números elevados é inaceitável do ponto de vista sanitário, social e político. Esse diagnóstico abriu espaço para a formulação de uma ambição compartilhada: **avançar em direção à eliminação de mortes por dengue**, mesmo reconhecendo a complexidade do desafio.

Essa ambição foi apresentada não como uma meta isolada, mas como um horizonte orientador de políticas públicas, capaz de articular prevenção, assistência, inovação e cooperação internacional. Nesse enquadramento, **o desenvolvimento de terapias específicas foi reconhecido como um componente central para viabilizar avanços concretos nessa direção**, ao lado do fortalecimento do manejo clínico, da capacitação das equipes de saúde e da organização integrada da resposta entre vigilância e atenção.

Nesse contexto, ganhou destaque o papel da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) na consolidação de uma resposta integrada às arboviroses. À luz do Plano Nacional de Enfrentamento da Dengue e outras Arboviroses, **a SVSA sinalizou a importância de considerar a eliminação de mortes por dengue como um compromisso orientador das políticas públicas**, articulando vigilância, prevenção, assistência e inovação. A incorporação de terapias específicas foi reconhecida como elemento estratégico para viabilizar esse horizonte, especialmente diante dos limites do manejo clínico na ausência de tratamentos direcionados.

3. A Aliança Dengue como modelo de cooperação Sul–Sul em inovação orientada à equidade

As discussões destacaram de forma consistente o valor estratégico da **Aliança Dengue como um modelo concreto de cooperação liderada pelo Sul Global para enfrentar desafios de saúde pública** que afetam desproporcionalmente países endêmicos. A experiência compartilhada entre América Latina e Ásia foi apresentada como um diferencial para acelerar soluções baseadas em conhecimento local, cooperação científica horizontal e prioridades definidas a partir das necessidades reais dos sistemas de saúde.

Nesse contexto, a Aliança foi reconhecida não apenas como um arranjo técnico, mas como uma plataforma política de inovação colaborativa, capaz de integrar pesquisa pré-clínica, ensaios clínicos e estratégias de acesso desde as fases iniciais do desenvolvimento. Esse modelo foi reiteradamente associado ao compromisso de que os produtos resultantes do esforço coletivo sejam tratamentos acessíveis, sustentáveis e alinhados ao interesse público, evitando a reprodução de assimetrias históricas no acesso a tecnologias em saúde.

O papel do Brasil foi enfatizado como particularmente estratégico, dada sua capacidade científica, experiência regulatória, escala do sistema de saúde e liderança política em fóruns regionais e globais. A participação do país como sede de ensaios clínicos foi apresentada como oportunidade de fortalecer capacidades nacionais, gerar evidências relevantes para populações endêmicas e contribuir para soluções com potencial de aplicação regional e global.

4. Inovação regulatória e institucional: convergências e desafios

A sessão dedicada aos aspectos regulatórios e institucionais evidenciou a complexidade de **alinhar inovação, ética, celeridade e acesso em contextos de emergência sanitária.** Houve amplo reconhecimento de que os processos regulatórios e éticos precisam dialogar mais estreitamente com a dinâmica da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, de modo a reduzir gargalos, evitar retrabalhos e aumentar a previsibilidade dos estudos clínicos, sem comprometer padrões de segurança e qualidade.

As discussões apontaram para a importância de:

- Fortalecer a coordenação interinstitucional;
- Explorar mecanismos que aproximem regulação, pesquisa e política de inovação;
- Desenvolver modelos mais adaptativos de ensaios clínicos, compatíveis com a natureza sazonal e imprevisível da dengue.

Ao mesmo tempo, foi ressaltado que a **inovação regulatória deve caminhar junto com princípios de transparência, participação social e compromisso com o acesso, de forma a garantir que os benefícios da pesquisa retornem efetivamente às populações que contribuem para sua realização.** Nesse ponto, o seminário evidenciou a necessidade de manter um diálogo contínuo e construtivo entre governo, instituições científicas e sociedade civil, reconhecendo preocupações legítimas e buscando convergências em torno do interesse público.

Compromissos e próximos passos

O Seminário permitiu identificar sinais concretos de convergência política, institucional e internacional em torno da agenda de desenvolvimento de tratamentos para dengue, bem como oportunidades estratégicas para dar escala e sustentabilidade aos esforços em curso.

Compromissos e sinais identificados

Compromissos políticos e institucionais

- 1** Reconhecimento, por autoridades nacionais e internacionais, de que **o desenvolvimento de terapias específicas é parte essencial da resposta à dengue**, em complementaridade às estratégias já existentes.
- 2** Afirmação da **dengue como prioridade política no contexto nacional**, associada às agendas de clima, saúde pública e inovação.
- 3** Sinalização de **abertura para fortalecer parcerias entre governo, instituições científicas e iniciativas colaborativas, como a Aliança Dengue, para viabilizar estudos clínicos** e acelerar soluções com impacto em saúde pública.
- 4** Indicação, por parte da SCTIE, do **interesse em aprofundar a avaliação da viabilidade de instrumentos de política de inovação, incluindo a encomenda tecnológica** e outros mecanismos disponíveis no âmbito do Ministério da Saúde, como caminhos potenciais para apoiar o avanço de estudos clínicos voltados ao desenvolvimento de terapias para dengue no Brasil, em alinhamento com os princípios de acesso equitativo e interesse público.

- 1** Anúncio de **apoio internacional (HERA/EU) como aporte inicial e catalítico para a realização de ensaios clínicos** multicêntricos, e interesse no Brasil entre os países-sede, reforçando a atratividade do país como plataforma de pesquisa clínica em doenças sensíveis ao clima e a importância de **articular esforços nacionais e internacionais** para viabilizar o conjunto dos estudos necessários.
- 2** Existência de **instrumentos nacionais de política científica, tecnológica e de inovação capazes de apoiar projetos estratégicos** em saúde, especialmente aqueles alinhados às prioridades do SUS e às necessidades de acesso equitativo.
- 3** Reconhecimento do valor de iniciativas que integram pesquisa, desenvolvimento, regulação e produção, reduzindo o tempo entre a geração de evidências e a disponibilidade de soluções para a população, bem como da importância de **avançar em diálogo técnico com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** sobre modelos regulatórios adequados ao contexto de emergências em saúde pública.

Oportunidades estratégicas abertas

As discussões apontaram um conjunto de oportunidades que podem orientar os próximos passos da agenda de dengue no Brasil e em nível internacional:

- 1** **Avançar na realização de ensaios clínicos no Brasil**, fortalecendo capacidades nacionais, gerando evidências relevantes para populações endêmicas e contribuindo para soluções com potencial regional e global.
- 2** **Mobilizar instrumentos de política pública existentes** para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico em saúde, de forma alinhada a requisitos claros de acesso, uso no SUS e sustentabilidade.
- 3** **Aprofundar a articulação com a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo**, valorizando não apenas a dimensão produtiva, mas também o papel estratégico da pesquisa e do desenvolvimento clínico como parte integrante da inovação em saúde.
- 4** **Posicionar a dengue como um dos projetos estruturantes capazes de demonstrar o potencial da cooperação internacional liderada pelo Sul Global** para responder a doenças negligenciadas e sensíveis ao clima, considerando iniciativas

multilaterais como o Plano de Ação em Saúde de Belém e a Parceria para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas do BRICS.

- 5 Fortalecer o diálogo regulatório e institucional**, promovendo maior coordenação entre pesquisa, ética e regulação, com vistas a tornar os processos mais previsíveis, eficientes e alinhados ao interesse público.

- 6 Avançar no diálogo técnico com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** desde as fases iniciais de desenvolvimento de terapias para dengue, reconhecendo a importância de alinhar expectativas regulatórias, requisitos de evidência e estratégias de celeridade compatíveis com contextos de emergência em saúde pública.

Pontos de atenção e elementos a aprofundar

Embora o Seminário tenha evidenciado um ambiente favorável para avançar, alguns temas emergiram como **pontos que demandam aprofundamento e acompanhamento contínuo**:

- 1** A necessidade de assegurar que os compromissos com acesso equitativo e preços compatíveis com sistemas públicos de saúde estejam incorporados desde as fases iniciais do desenvolvimento tecnológico.
- 2** A importância de institucionalizar espaços de coordenação e diálogo entre governo, instituições científicas e sociedade civil, de modo a fortalecer a legitimidade, a transparência e a sustentabilidade das iniciativas.
- 3** O desafio de alinhar ambição política, capacidade regulatória e velocidade de implementação, especialmente em um contexto de emergências sanitárias cada vez mais frequentes e imprevisíveis.

Esses pontos foram apresentados não como obstáculos, mas como condições necessárias para o sucesso de uma agenda de inovação responsável, orientada pelo interesse público.¹

¹ Cabe registrar que, apesar dos esforços realizados até os momentos finais de organização do seminário, não foi possível contar com a participação de representante da ANVISA no painel dedicado à inovação regulatória, em função de agendas institucionais previamente estabelecidas. As discussões realizadas reforçaram, no entanto, a relevância de estabelecer canais de interlocução direta e contínua com a Agência, como próximo passo essencial para viabilizar o desenvolvimento e a eventual incorporação de terapias para dengue, considerando a necessidade de previsibilidade e celeridade regulatória em situações de emergência sanitária.

Considerações finais

O Seminário “Cooperação do Sul Global na Busca por Tratamentos para Dengue” consolidou-se como um marco importante na construção de uma agenda integrada de ciência, política pública e cooperação internacional voltada ao enfrentamento da dengue. Ao reunir autoridades governamentais, instituições científicas, parceiros internacionais e sociedade civil, o encontro reforçou que o desenvolvimento de terapias acessíveis e eficazes é uma prioridade estratégica e viável, desde que sustentada por coordenação, inovação e compromisso político.

A Aliança Dengue emerge, nesse contexto, como uma plataforma capaz de articular esses diferentes elementos, contribuindo para que o Brasil e outros países endêmicos avancem de forma coordenada rumo à redução do sofrimento e à eliminação de mortes evitáveis por dengue, ao mesmo tempo em que fortalecem uma visão de saúde global mais equitativa, cooperativa e orientada pelas necessidades das populações.



ANEXO 1 – AGENDA FINAL

Seminário Cooperação do Sul Global na Busca por Tratamentos para Dengue

26 de novembro de 2025 – Sede da OPAS, Brasília

Programação

09h00 – 10h20 | Sessão de Abertura – Compromisso político pelo enfrentamento da dengue

Dr. Adriano Massuda (SE/MS)
Dr. Mariângela Simão (SVSA/MS)
Sr. Igor Barbosa (Ministério das Relações Exteriores)
Sr. Thiago Moraes (CSGB/SEPPE- MCTI)
Dra. Maria Jesus Sanchez (OPAS/OMS)
Dr. Marco Aurélio de Carvalho Nascimento (Fiocruz)
Sra. Márcia Prazeres (Comunidade Morro dos Prazeres – RJ)
Dra. Isabela Ribeiro (DNDi)

10h20 – 10h45 | Conferência principal – O protagonismo do Sul na saúde global

Profª Deisy Ventura (IRI/FSP-USP)
10h45 – 12h30 | Sessão 1 – Por que o Brasil e o mundo precisam de um tratamento para dengue
Dra. Fernanda De Negri (SCTIE/MS)
Dra. Marília Santini (DEDT/SVSA/MS)
Dra. Datuk Nor Fariza (Ministério da Saúde da Malásia)
Dr. André Siqueira (DNDi)
Moderação: Dra. Luana Araújo

12h30 – 14h00 | Almoço

14h00 – 15h20 | Sessão 2 – Cooperação científica e internacional para acelerar o acesso a tratamentos

Dr. Prasert Auewarakul (Siriraj Hospital – Tailândia)
Dr. Marco Aurélio de Carvalho Nascimento (Fiocruz/VPPIS)
Dr. Laurent Javaudin (União Europeia)
Dra. Rachel Soeiro (Médicos Sem Fronteiras Acesso)
Moderação: Dra. Maria Jesus Sanchez (OPAS/OMS)
Moderação: Dr. Sergio Sosa-Estani (DNDi)

15h20 – 16h40 | Sessão 3 – Inovação regulatória e institucional para acelerar a pesquisa clínica no Brasil em emergências de saúde

Dra. Meiruze Freitas (DECIT/SCTIE/MS)
Dra. Susana van der Ploeg (GTPI/ABIA)
Dr. Marcus Lacerda (ILMD/Fiocruz Amazônia)
Moderação: Dr. Sergio Sosa-Estani (DNDi)

16h40 – 17h00 | Reflexões finais e próximos passos

Saudações de delegações internacionais
Dr. Mauro Teixeira (UFMG)
Dra. Viviane Boaventura (Fiocruz)

17h00 | Coquetel